REGIMENTO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES-
PPDRGEA

Março/2019
CASTANHAL/PA

REGIMENTO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES -
PPDRGEA

TÍTULO I
DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º O Curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPA / Campus Castanhal compreende um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que constituem a Área de Concentração: Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, e suas Linhas de Pesquisa: Linha I - Dinâmica e Manejo de Agroecossistemas e Linha II - Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

Art. 2º O curso de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, doravante denominado PPDRGEA, têm por objetivo formar profissionais em Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, visando o desenvolvimento rural sustentável com base em sistemas integrados de produção agropecuária, extrativista e agroindustrial voltado para as demandas sociais e organizacionais da Amazônia.

TÍTULO II
ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º O Colegiado é o órgão de coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, sendo constituído pelo Coordenador e pelo Vice-Coordenador, por representantes docentes permanentes e docentes colaboradores, além de um representante discente e será presidido pelo Coordenador e pelo Vice-Coordenador.

Art. 4º O Coordenador e o Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação serão eleitos pelos seus pares, em reunião do Colegiado, por maioria simples para um

mandato de dois anos, podendo ser renovado, mediante anuência dos pares do Colegiado.

Parágrafo único. Para os cargos de Coordenador e de Vice-Coordenadores só poderão ser eleitos os professores do quadro permanente.

TÍTULO III

CORPO DOCENTE

Art. 5º O corpo docente do programa de Pós-Graduação será constituído por docentes com titulação acadêmica de Doutor ou equivalente. Estes serão categorizados de acordo com as normativas vigentes da CAPES, portaria nº 81 de 03 de junho de 2016, como docentes permanentes, visitantes e colaboradores cujos currículos demonstrem obrigatoriamente o potencial de contribuição ao projeto político pedagógico do PPDRGEA.

§1º Mestres e Especialistas de notório saber, não portadores do título de Doutor, poderão excepcionalmente participar do programa, após aprovação do Colegiado do programa.

§2º O PPDRGEA também pode contar com a categoria de docente convidado, conforme necessidade, que deverá atender aos critérios estabelecidos neste Regimento.

Art. 6º Os docentes permanentes do PPDRGEA devem ser portadores do título de doutor e atender os seguintes critérios:

- a) Pertencer ao quadro permanente do IFPA ou de instituições conveniadas;
- b) Participar de projeto de pesquisa (como coordenador ou pesquisador) aprovado pelo IFPA, ou qualquer entidade de pesquisa, fomento e extensão;
- c) Estar vinculado a grupo de pesquisa constante do Diretório de Pesquisa do CNPq, ativo e certificado pela instituição de origem do líder;
- d) Satisfazer os requisitos de produção acadêmico-científica estabelecidos nesta resolução;
- e) Ministrando anualmente, de maneira total ou parcial, pelo menos uma disciplina regular (obrigatória ou optativa) do PPDRGEA;

- f) Orientar e, ou, co-orientar estudantes matriculados no PPDRGEA;
- g) Participar das reuniões de gestão do PPDRGEA com frequência mínima de 75% ao ano.

Art. 7º Os professores colaboradores que integram o corpo docente do PPDRGEA devem ser portadores do título de doutor ou equivalente e atender os seguintes critérios:

- a) Participar de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa e, ou, atividades de ensino e, ou, extensão, independentemente de possuírem ou não vínculo com o IFPA e,ou, instituição conveniada;
- b) Ministras, de maneira parcial, disciplina regular (obrigatória ou optativa) da pós-graduação, desde que solicitados pelo colegiado;
- c) Orientar e, ou, co-orientar estudantes matriculados no Programa.

Art. 8º Os professores visitantes que integram o corpo docente do PPDRGEA devem ser portadores do título de doutor ou equivalente e atender os seguintes critérios:

- a) Ter vínculo funcional-administrativo com outra instituição que não o IFPA, brasileira ou não, e que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborar, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral em projeto de pesquisa e, ou, atividades de ensino no programa;
- b) Orientar, ministras aulas e participar de atividades de pesquisa e, ou, extensão mediante solicitação do colegiado.

Art. 9º Os docentes convidados do PPDRGEA devem ser portadores do título de doutor e atender aos seguintes critérios:

- a) Pertencer ao quadro permanente do IFPA ou de instituições conveniadas;
- b) Participar de projeto de pesquisa (como coordenador ou pesquisador) aprovado pelo IFPA, ou qualquer entidade de pesquisa, fomento e extensão;
- c) Estar vinculado a grupo de pesquisa constante do Diretório de Pesquisa do CNPq, ativo e certificado pela instituição de origem do líder;
- d) Satisfazer os requisitos de produção acadêmico-científica estabelecidos nesta resolução.

TÍTULO IV

CREDECIMENTO, RECREDECIMENTO E DESCREDECIMENTO

Art. 10 O credenciamento de docentes ao PPDRGEA ocorrerá conforme a necessidade do programa, mediante recebimento de carta convite ou participação em edital.

Parágrafo Único. O docente selecionado para ingressar no PPDRGEA o fará para a categoria de permanente, colaborador, visitante ou convidado conforme a necessidade do PPDRGEA.

Art. 11 Será formada uma Comissão Permanente de Credenciamento e Descredenciamento aprovada em reunião de colegiado, composta por três membros docentes permanentes do programa. A comissão emitirá parecer favorável ou não ao credenciamento, de acordo com a pontuação obtida conforme documento da área interdisciplinar da CAPES e com a avaliação de memorial descritivo, elaborado pelo candidato, que deverá descrever o alinhamento da sua trajetória profissional com a linha de pesquisa, sub-área e projeto pedagógico do programa.

Art. 12 O parecer da comissão deverá ser apresentado aos membros do colegiado do programa em reunião ordinária para análise e deliberação.

Parágrafo Único. O credenciamento do docente terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data de seu ingresso no programa.

Art. 13 O docente que tiver sua solicitação de ingresso não aprovada pelo Colegiado, somente poderá requerer novo credenciamento decorrido o período de um ano.

Art. 14 A comissão deverá obedecer o percentual máximo de colaboradores e visitantes (30% do total de permanentes), conforme normas estabelecidas pela CAPES.

Art. 15 O credenciamento de docentes, além das condições especificadas conforme a categoria permanente, colaborador ou visitante, deverá atender às condições de produção científica, mensurada sobre os últimos dois anos anteriores à avaliação de credenciamento, devendo apresentar pontuação equivalente a pelo menos a média dos docentes permanentes nesse período. O cálculo utilizado para o credenciamento será orientado pelo documento da área Interdisciplinar da CAPES.

Art. 16 O descredenciamento de docentes do programa se dará em qualquer uma das seguintes situações:

I – A pedido do docente, através do encaminhamento de requerimento à Coordenação do Programa.

II – Não ter atingido a pontuação mínima estabelecida pelo programa e orientada pelo documento de área Interdisciplinar da CAPES, no período de dois anos a contar da entrada em vigor deste regimento. No caso de docentes ingressos após a entrada em vigência deste regimento, o período será contado a partir da data de aprovação de sua entrada no programa.

III – Descumprir determinações ou resoluções aprovadas pelo Colegiado do Programa.

Parágrafo único. O Coordenador deverá enviar um documento informando ao docente do seu descredenciamento do programa. A partir da data de envio deste documento, o docente descredenciado só poderá requerer novo credenciamento após o período de 1 (um) ano.

Art. 17 A avaliação, que pode resultar em descredenciamento de docente, ocorrerá bianualmente e será feita pela Comissão Permanente de Credenciamento e Descredenciamento, que submeterá parecer ao colegiado para análise e deliberação.

§ 1º As orientações (número de dissertações defendidas e aprovadas em relação ao número de orientações destinadas ao professor avaliado e tempo de conclusão das dissertações por seus orientados) poderão entrar no processo avaliativo, seguindo-se os mesmos critérios de avaliação da CAPES.

§ 2º Os professores permanentes que participam de dois ou mais programas de pós-graduação, a média referida no caput do artigo considerará apenas os trabalhos científicos que possam ser atribuídos ao PPDRGEA no Coleta CAPES.

TÍTULO V

DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE DISCENTES

Art. 18 Poderão inscrever-se no processo de seleção ao PPDRGEA os graduados portadores de diplomas reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 19 A seleção dos candidatos ao PPDRGEA será realizada pela Comissão Permanente responsável pelo processo seletivo, por meio de edital público, composta por docentes e técnicos administrativos do Programa e homologada em reunião do Colegiado.

Art. 20 Os critérios para seleção dos candidatos serão regidos por edital específico elaborado pela comissão permanente do processo seletivo e aprovado pelo colegiado do Programa.

Parágrafo único. A prova de proficiência em língua estrangeira, espanhol ou inglês, será realizada durante o processo seletivo ou durante o primeiro ano do curso.

Art. 21 As vagas serão ofertadas de acordo com a disponibilidade de orientadores e serão fixadas a cada ano pelo Colegiado.

Capítulo I

DOS DISCENTES ESPECIAIS

Art. 22 O PPDRGEA poderá aceitar discentes especiais a critério do docente com anuência do Colegiado.

Art. 23 Para requerimento de matrícula como discente especial o candidato deverá preencher documento próprio disponibilizado pela secretaria do Programa.

Art. 24 A efetivação da matrícula como discente especial fica condicionada ao deferimento e a entrega da documentação descrita no art. 38.

Parágrafo único. Os créditos cumpridos em regime de discente especial poderão ser aproveitados, a critério do Colegiado, quando o discente estiver na condição de discente regular.

TÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Capítulo I

Do Currículo

Art. 25 O curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares terá duração máxima de 24 meses, podendo ser prorrogado nos prazos previstos neste regimento, por mais, no máximo, 6 (seis) meses.

Art. 26 O Currículo do curso de mestrado é composto por disciplinas Obrigatórias, Optativas, Estágio supervisionado obrigatório e Dissertação de Mestrado.

Art. 27 O curso compreende 32 créditos: sendo 26 créditos para disciplinas obrigatórias e optativas, 3 créditos em estágio supervisionado obrigatório e 3 créditos para a elaboração e defesa pública de dissertação, distribuído nas seguintes categorias:

- a) Disciplinas obrigatórias, com carga horária de 60 (sessenta) horas, valendo 03 (três) créditos cada, incluindo o seminário de qualificação do projeto de dissertação, valendo 2 (dois) créditos integralizando 14 (quatorze) créditos;
- b) Disciplinas optativas, com carga horária de 60 (sessenta) horas, valendo 03 (três) créditos cada, integralizando 12 (doze) créditos;
- d) Estágio supervisionado obrigatório, com carga horária de 60 (sessenta) horas, integralizando 3 (três) créditos;
- e) Defesa da dissertação, integralizando 3 (três) créditos;

Art. 28 Estágio supervisionado obrigatório é a participação do mestrando em atividade de exercício prático em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares sob a supervisão do orientador, mediante acordo do Colegiado e Instituições em cooperação com as IES envolvidas.

Art. 29 O discente deve solicitar matrícula no Estágio supervisionado obrigatório na secretaria do PPDRGEA e deve apresentar os seguintes documentos:

- I. Formulário de solicitação de matrícula;
- II. Plano de atividade devidamente assinado pelo discente, orientador e responsável do empreendimento que acompanhará a atividade do discente;

§ 1º O estágio supervisionado deverá ter uma carga horária de 60 horas.

§ 2º O discente deverá apresentar o relatório final do estágio supervisionado obrigatório devidamente assinado pelo discente, pelo orientador e pelo responsável da Instituição em cooperação que acompanhará as atividades.

Art. 30 Como atividades complementares ao Programa, o discente poderá participar de atividades programadas, a fim de possibilitar a participação do mestrando em processos de orientação de pesquisa, de organização de eventos científicos, de produção técnico-científica e demais atividades definidas pelo Colegiado do Programa.

Art. 31 O trabalho de conclusão final de curso será de caráter individual e inédito, que obrigatoriamente deve ser uma dissertação com formato estabelecido pelo PPDRGEA. Além da dissertação o discente deverá apresentar o produto do trabalho de pesquisa que poderá ter formatos tais como: revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística.

Art. 32 Os discentes do PPDRGEA poderão, a critério do Colegiado, ser autorizados a cursar disciplinas optativas e a realizar atividades e trabalhos fora da sede do Programa, em outros Programas credenciados ou em Programas de alto nível no País ou no exterior, desde que seja garantida a existência de orientadores individuais qualificados, ambiente criador adequado e condições materiais necessárias.

Parágrafo Único - A critério do Colegiado do Programa poderão ser atribuídos créditos às atividades mencionadas no "caput" deste artigo.

Art. 33 Em casos especiais poderão ser aceitos créditos obtidos em disciplinas cursadas em outros Programas de Pós-Graduação "*stricto sensu*".

§ 1º O número máximo de créditos a serem aproveitados não poderá exceder à 50% do

total mínimo de créditos de disciplinas optativas exigidos para a integralização do currículo.

§ 2º O aproveitamento de créditos dependerá de parecer favorável do professor responsável por disciplina correlata e/ou aprovação do Colegiado.

Art. 34 Será concedido o aproveitamento de estudos para fins de integralização de componente curricular quando cumulativamente:

I. A carga horária do componente curricular for igual ou maior que a carga horária do componente integrante da matriz curricular do curso no PPDRGEA;

II. O discente tenha cursado o componente curricular com aprovação em outro curso de mesmo nível de ensino ou de nível superior ao mestrado;

III. O perfil formativo do componente curricular do PPDRGEA estiver expresso no ementário do componente já cursado na outra instituição;

IV. Ter cursado o componente curricular num prazo de 10 (dez) anos, decorridos entre o final do período letivo em que o componente curricular foi cursado e a data do protocolo do requerimento do aproveitamento de estudos no PPDRGEA.

Art. 35 O requerimento de aproveitamento de créditos deverá ser encaminhado ao colegiado do curso e deverá estar acompanhado de documentação comprobatória, incluindo o nome da disciplina, ementa, número de créditos, conceitos obtido juntamente com o histórico escolar e parecer do orientador quanto ao aproveitamento da disciplina.

Art. 36 Quando se tratar de integralização de componente curricular por aproveitamento de estudos será registrado no histórico escolar do discente o código, o nome, a carga horária, o período letivo da concessão do aproveitamento e a situação de “aproveitamento de estudo”.

Capítulo II

Da habilitação de Vínculo

Art. 37 Vínculo institucional é o ato formal de vinculação acadêmica e jurídica do discente no IFPA e no PPDRGEA

Art. 38 O discente convocado para a habilitação de vínculo institucional deverá se apresentar na secretaria do PPDRGEA, originais e cópias dos seguintes documentos:

- I- Requerimento de matrícula, fornecida pela secretaria acadêmica do PPDRGEA;
- I- Certidão de nascimento ou casamento;
- II- Documento de identificação com foto;
- III- CPF;
- IV- Diploma e histórico de graduação;
- V- Documento comprobatório de quitação com serviço militar, obrigatório para discente masculino de 18 a 45 anos, sendo facultado aos indígenas nos termos da Portaria MD/EME nº 020, de 02 de abril de 2003;
- VI- Título de eleitor e certidão de quitação com a justiça eleitoral, obrigatório para maiores de 18 anos;
- VII- Comprovante de residência atualizado;
- VIII- Uma foto de 3 x 4 colorida e recente;

§ 1º No caso de estrangeiro será exigida a mesma documentação que consta no "caput" deste artigo, sendo que o diploma e histórico deverão ter tradução feita por tradutor juramentado.

§ 2º Quando o discente no ato da habilitação de vínculo institucional apresentar apenas o atestado de conclusão do curso ou documento equivalente, a matrícula no próximo semestre fica condicionada a apresentação do diploma de conclusão de curso de graduação e do histórico.

Art. 39 O discente convocado para a habilitação de vínculo institucional, para ocupar a vaga reservada por ação afirmativa institucional, deverá apresentar à secretaria do Programa, originais e cópias dos documentos comprobatórios requeridos no edital.

Art. 40 A secretaria acadêmica fará análise dos documentos apresentados para a habilitação de vínculo institucional e emitirá parecer favorável de deferimento ou indeferimento, de acordo com os seguintes critérios:

- I. A ausência de qualquer dos documentos relacionado no art. 38;

- II. O discente não poderá ter vínculo institucional simultâneo em dois cursos no mesmo nível de ensino no IFPA;
- III. O discente aprovado em processo seletivo de mesmo nível de ensino em que tenha vínculo institucional ativo com o IFPA, caso queira cursar um novo curso, deverá assinar um termo de desistência da matrícula mais antiga.

Art. 41 A matrícula será efetivada na secretaria acadêmica do campus em período previamente fixada no calendário acadêmico do curso, respeitando-se o edital de seleção.

Art. 42 Solicitações de matrícula fora do prazo somente serão aceitas através da aprovação da coordenação do Programa, nos seguintes casos, quando devidamente comprovado:

- I – Problema de saúde comprovado por atestado médico;
- II – Obrigações com serviço militar;
- III – Acompanhamento de cônjuge e parente de primeiro grau em caso de defesa da saúde comprovado por atestado.

Capítulo III

Do Trancamento da matrícula

Art. 43 Trancamento da matrícula é o ato formal de interrupção de estudos, com manutenção do vínculo do discente com o IFPA no PPDRGEA e com direito à rematrícula.

Art. 44 Só será aceito o pedido de trancamento da matrícula no curso ou em disciplina solicitado por meio de requerimento protocolado na secretaria do programa.

Art. 45 Será permitido o trancamento de matrícula no curso por um período máximo de 1 (um) ano letivo sendo, porém, vedado ao discente mais de um trancamento, exceto quando ocorrer motivo de doença devidamente comprovada por laudo elaborado por autoridade médica competente.

Art. 46 Não será permitido o trancamento de matrícula no primeiro semestre do curso.

Art. 47 Será concedido o trancamento da matrícula descrito no artigo anterior nos

seguintes casos, quando devidamente comprovados:

I – Problemas de saúde comprovado por atestado ou laudo médico e com Impedimento absoluto;

II – Obrigações com o serviço militar;

III- Acompanhamento de conjuge e parente de primeiro grau em caso de defesa da saúde comprovado por atestado;

IV - Impedimento por força de lei.

Art. 48 Excepcionalmente, poderá ter trancada a matrícula, em qualquer época do período letivo, o discente que tenha que se ausentar em períodos que ultrapassem 25% dos dias letivos previstos no calendário acadêmico e que se encontre em uma das situações relacionadas a seguir, devidamente comprovadas:

I- Funcionário público civil ou militar por razão de serviço, desde que esteja devidamente comprovado por meio de documento do órgão competente;

II- Empregado de empresa privada por motivo de serviço, desde que esteja devidamente comprovado por meio de documento do órgão competente;

III- Afastamento de gestante, durante o período de três meses, iniciado a partir do oitavo mês de gravidez previsto no decreto nº 6.202/975, ou portador de afecção prevista no decreto-lei n 1.044/69, mediante apresentação de atestado médico, desde que caracterizada a impossibilidade absoluta de aplicação de exercício domiciliar;

IV- Óbito de cônjuge, parente de 1º grau em linha reta ou 2º grau colateral, ocorrido durante o semestre do requerimento;

V- Impedimento por força de lei.

Parágrafo único. Os casos previstos no caput deverão ser analisados e julgados pelo colegiado do programa.

Art. 49 O período de trancamento de matrícula no curso não será contado para efeito do prazo máximo fixado para a conclusão das atividades no Programa.

Art. 50 Será permitido o trancamento em apenas uma disciplina por semestre mediante apresentação de justificativa do discente com anuência do orientador para posterior deliberação da coordenação do programa.

Parágrafo único. O prazo máximo para solicitação de trancamento da disciplina será de até 3 (três) dias após o início da disciplina.

Capítulo IV

Do cancelamento de vínculo institucional

Art. 51 O discente estará sujeito ao cancelamento de vínculo com o IFPA por meio do PPDRGEA nas seguintes situações:

- I. Abandonar o curso por mais de 01 (um) período letivo;
- II. Ultrapassar o prazo máximo de integralização curricular previsto no PPC do programa;
- III. Não concluir o curso, em caso de já ter obtido a concessão da prorrogação do prazo máximo de integralização;
- IV. Desistir do curso voluntariamente, mediante assinatura de termo de desistência de vaga;
- V. Solicitar transferência para outra instituição de ensino;
- VI. Ter sido diplomado ou certificado por conclusão do curso;
- VII. Ter sido reprovado em disciplinas;
- VIII. Falecer.

Art. 52 A coordenação do curso convocará os discentes que se encontrem em situação descritas no art. 51 a comparecerem no campus, em prazo estabelecido, a fim de dar ciência ao processo administrativo de desligamento do vínculo com o IFPA;

Parágrafo único. Os discentes deverão ser convocados por edital ou chamada pública pelo nome e matrícula.

Art. 53 O discente no ato do comparecimento a convocatória deverá assinar registro de ciência da sua situação acadêmica e dos procedimentos a serem adotados pelo PPDRGEA.

§ 1º O discente ao optar pela conclusão do curso deverá manifestar a sua pretensão e apresentar no máximo em 10 dias úteis a contar da data da convocação, as razões do não

cumprimento, obedecendo ao prazo máximo de integralização do programa.

§ 2º Caso o discente não compareça após a chamada do edital no tempo estabelecido ou não manifeste interesse em integralizar o curso será decretado o cancelamento do vínculo institucional do discente, devendo ser notificado oficialmente da decisão.

Capítulo V

Da Frequência e Avaliação do Desempenho Acadêmico

Art. 54 Será condição necessária para aprovação e obtenção dos créditos em cada disciplina a comprovação de uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente.

Art. 55 O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades do Programa serão avaliados por meio de provas, trabalhos de pesquisa individual ou por outro processo, a critério de cada docente, sendo o grau final expresso em valores numéricos distribuídos numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), correlacionados com os seguintes conceitos:

- I. Excelente (9,0- 10,0);
- II. Bom (7,0-8,9)
- III. Insuficiente (menor que 7,0);

§ 1º Será considerado aprovado o discente que, em cada disciplina ou atividade, obtiver grau igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º O Discente que for reprovado em mais de duas disciplinas será desligado do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

Capítulo III

Da orientação dos estudos

Art. 56 Cada discente de Mestrado será orientado por um professor, podendo ainda ter um co-orientador, escolhido entre os membros do corpo docente do Programa e designado pela Coordenação.

§ 1º Mediante a aprovação do Colegiado do Programa, docentes de outros Programas de Pós-Graduação ou Doutores de outras instituições poderão participar da orientação de Dissertações, em regime de co-orientação com docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

§ 2º O Professor orientador poderá ter, no máximo, 08 (oito) orientandos.

TÍTULO VI

EXAME E QUALIFICAÇÃO

Art. 57 O exame de qualificação de mestrado tem por objetivo discutir e avaliar o estágio de desenvolvimento do projeto de dissertação de mestrado do discente e sugerir possíveis mudanças ou direcionamentos para o trabalho futuro de pesquisa para a dissertação. Assim sendo, este exame desempenha um papel de central importância para garantir o andamento adequado da dissertação, além da conclusão da mesma dentro dos prazos regulares.

Art. 58 O exame de qualificação de mestrado consistirá da elaboração pelo discente de trabalho dissertativo, discorrendo sobre sua pesquisa, devendo necessariamente abordar os seguintes aspectos:

I – A apresentação das questões centrais de pesquisa da dissertação de mestrado, além dos objetivos, justificativas e relevâncias do projeto de dissertação para a área da pesquisa;

II – As metodologias de pesquisa empregadas;

III – Breve discussão de literatura relevante para o tema de dissertação de mestrado;

IV – Descrição do estágio de andamento do projeto, resultados parciais teóricos ou empíricos obtidos até o momento do exame;

V - Cronograma sucinto de trabalho para a conclusão da dissertação de mestrado.

§ 1º O período dos exames de qualificação será marcado pela coordenação do Curso.

§ 2º Os discentes deverão entregar a coordenação do programa via Termo de Depósito, a data e constituição da comissão examinadora.

§ 3º É de responsabilidade do discente a remessa de exemplares do trabalho de

qualificação aos examinadores com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 59 Para a instalação e prosseguimento dos trabalhos da comissão examinadora, esta deverá ser constituída por membros cujos nomes tenham sido aprovados pelo Colegiado de Curso, como titulares ou suplentes, incluindo necessariamente:

- a) O (s) orientador (es) de dissertação do candidato;
- b) Pelo menos outros dois membros, dos quais pelo menos um poderá ser externo ao corpo docente do Programa;

Parágrafo único. O presidente da banca será obrigatoriamente o orientador, o mesmo não poderá atribuir conceito para o discente, ficando apenas sob responsabilidade de coordenar o exame de qualificação.

Art. 60 No exame de qualificação o discente será arguido pela comissão examinadora.

Art. 61 A comissão examinadora de qualificação poderá deliberar:

I – Pela aprovação do aluno,

II – Por novo exame de qualificação, devendo o aluno apresentar novo projeto;

§ 1º Caso a comissão examinadora determinar pelo item II do art. 61, o aluno terá um prazo de 60 dias para a realização de um novo exame de qualificação.

§ 2º Em caso de reprovação no novo exame de qualificação, o aluno será desligado do Programa.

Art. 62 O resultado do exame de qualificação, depois de assinado pelos membros da banca deverá ser entregue na secretaria do curso para o seu arquivamento.

Parágrafo único. Os trabalhos da banca examinadora, bem como os resultados da avaliação do exame de qualificação de mestrado, serão registrados em ata, assinada por todos os membros da banca constituída e pelo candidato.

TÍTULO VII

DISSERTAÇÃO

Capítulo I.

Da defesa do trabalho de conclusão de curso

Art. 63 A coordenação do programa informará aos discentes o período para a realização das defesas do trabalho de conclusão de curso.

Parágrafo único. O discente deverá informar a coordenação do Programa, a data, hora e sugestão da comissão examinadora, usando o Termo de Depósito que é disponibilizado pela secretaria do programa.

Art. 64 O trabalho de conclusão de curso será avaliado por uma banca examinadora cujos componentes serão homologados pelo colegiado.

§1º A banca examinadora será composta de, no mínimo 3 (três) membros e 1 (um) suplente, todos portadores do título de doutor ou equivalente.

§ 2º Dentre os membros da comissão examinadora, um professor deverá ser externo ao quadro docente do IFPA.

§ 3º A presidência da banca examinadora será exercida pelo orientador do trabalho de conclusão de curso.

Art. 65 Após a aprovação dos nomes que constituirão a banca examinadora, pelo colegiado, a secretaria do programa fixará a data da defesa.

Parágrafo único. É de responsabilidade do discente a remessa de exemplares do trabalho de conclusão de curso aos examinadores com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 66 A Defesa do trabalho de conclusão de curso será pública e a Comissão Examinadora arguirá o candidato após a exposição.

Art. 67 A Comissão examinadora, além do conceito, deverá descrever as seguintes opções na ata de defesa:

- I. Aprovado, quando nenhuma alteração for proposta pela Comissão Examinadora;
- II. Aprovado, com restrições quando as correções exigidas forem apenas de forma ou quando não implicarem em restrições relevantes de conteúdo ou metodologia;
- III. Reprovado, quando a Comissão Examinadora levantar questionamentos relevantes e pertinentes quanto ao conteúdo e a metodologia do trabalho ou quando o

trabalho não atender aos critérios requeridos.

Parágrafo único. Havendo alterações a serem feitas no trabalho de conclusão de curso por sugestão da Comissão Examinadora, o candidato aprovado com restrições terá o prazo máximo de 90 dias, a partir da data da defesa, para encaminhá-las à secretaria do Programa, juntamente com o aval do orientador.

Art. 68 O discente deverá entregar 2 (duas) cópias impressas e 02 (duas) em PDF da versão final com as alterações propostas à coordenação do programa. Os exemplares impressos deverão estar devidamente assinados.

Art. 69 As cópias da versão final deverão ser entregues em capa dura na cor Verde Musgo/Fosco com letras douradas, apresentando lombadas de acordo com as normativas de orientação de trabalho de conclusão de curso do programa.

Art. 70 A Defesa do trabalho de conclusão do curso deverá ser registrada em ata assinada por todos os membros da comissão examinadora.

Capítulo II

Das Condições para Obtenção do Grau

Art. 71 Será concedido o título de Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares ao discente que satisfizer as seguintes condições:

I- Obtiver o mínimo de 32 créditos necessários para a integralização do currículo;

II- Ter entregue o relatório final do estágio;

III- Ter sido aprovado na defesa da dissertação;

IV- Ter sido aprovado ou apresentar atestado de proficiência em Línguas;

V- Ter entregue à coordenação do programa a versão final da dissertação com suas respectivas cópias;

VI- Ter entregue à coordenação do programa a carta de submissão ou publicação de 1(um) artigo completo em periódico qualis (A1, A2, B1, B2) ou equivalente numérico na área interdisciplinar, cujo tema deverá estar relacionado ao trabalho de conclusão.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 72 Compete ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares decidirem sobre os casos omissos neste Regimento, segundo normas legais, estatutárias e regimentais vigentes.

Castanhal-PA, 27 de março de 2019.